

ROCHA PEIXOTO

OBRAS

VOLUME II

MUSEU MUNICIPAL DO PORTO. ENSINO.
POLÍTICA. ENSAIOS DIVERSOS. ECONOMIA.

Edição da CÂMARA MUNICIPAL DA PÓVOA DE VARZIM
1972

A PISCICULTURA EM PORTUGAL (*)

Pouco antes de decretada a organização dos serviços piscícolas no país era apresentada ao *Congresso Pedagógico de Madrid* (1892) uma memória, na qual, quem isto escreve, exarava a ruína crescente e intensiva da fauna ictiológica portuguesa, proclamando, do mesmo passo, a necessidade de contrapor um remédio ao dano por via de estudos, leis e instituições adequadas e similares às do domínio agrícola. Vinha já de longe e reproduzia-se, de ordinário, sem contudo surgir conselho ou protecção eficaz, o conhecimento da diminuição progressiva da nossa fauna aquática comestível, filiada em causas múltiplas, entre as quais punham um evidente destaque a pesca a vapor, no mar, e os explosivos, nos cursos fluviais. Estas foram e serão, decerto, das causas mais nefastas, as que atraíram de pronto a observação do público, sem, todavia, se restringir a elas toda a complexa origem do decrescimento faunístico nas nossas águas. Ora a perseguição feroz às populações lacustres, fluviais e marítimas corresponde, necessariamente, a exigências de consumo dia a dia mais intensas e de amplitude tanto maior quanto mais se desenvolvem as comunicações e, sobretudo, a viação acelerada; de sorte que, iludir a fiscalização empregando redes e engenhos destruidores, alterando o regime das águas mesmo e socorrendo-se de substâncias várias para alcançar fartas colheitas, é o que procura conseguir o piscicaptor, às vezes com sucesso, como todos observamos ainda hoje, e a despeito duma legislação já bastante protectiva e estreita.

Pelos modos como a pesca é geral e imoderadamente efectuada promove-se, umas vezes, a emigração das espécies, outras, a sua extinção; ora é a dessiminação dos ovos pela exploração nos lugares e em épocas de repouso, ora o abafamento dos embriões, pelos mesmos motivos e por envasamentos ou alterações de fundos a que não são

(*) Artigo que com o título «Uma estação de piscicultura em Aveiro» saíu publicado no jornal *O Primeiro de Janeiro*, do Porto, em 23 de Novembro de 1893 (p. 1). Poucos anos mais tarde Rocha Peixoto incluiu-o, após leves modificações formais, e com o título «A Piscicultura em Portugal», no seu livro *A Terra Portuguesa (Crónicas Científicas)* (Porto, 1897), pp. 225-237.

Neste volume II das *OBRAS* de Rocha Peixoto reproduz-se o texto de *A Terra Portuguesa*, por ter sido revisto pelo seu autor.

alheios os processos de pesca; aqui é a destruição de comedouros e abrigos; além o aniquilamento duma fecunda colheita futura, mercê da bárbara extracção do peixe de dimensões exíguas.

O desequilíbrio, pois, entre as necessidades crescentes e instantes do consumo e a capacidade produtora das nossas estâncias aquáticas, é manifesto, e maior se torna considerando que esta vai diminuindo com tanta intensidade quanto mais aumentam aquelas.

Claramente que se está em face dum problema tão grave que interessa à alimentação pública e que, num país de oitocentos e tantos quilómetros de costa e cortado por numerosos cursos fluviais, traduz uma assinalável incúria, com o seu cortejo de funestas consequências para o desafogo da economia nacional.

Legislação e polícia, esta deficientíssima ou nenhuma, eis em que se resume, até agora, as medidas cujo objectivo é opor um embaraço eficaz à devastação dos seres aquáticos comestíveis. Mas ainda que alcançados, em toda a plenitude, os resultados que vários preceitos desajudados de recursos têm em vista, o equilíbrio entre a produção e o consumo não se estabeleceria sem o concurso reflectido e inteligente de auxílios doutra ordem.

Como o solo, a água, decerto, produzirá sempre enquanto não sobrevenham causas violentas; mas é necessário, como para a terra, adoptar no outro meio práticas que, assegurando por um lado a conservação e aperfeiçoamento dos seus produtos, por outro lhes determinem a multiplicação. A cultura das águas e a cultura do solo assemelham-se deveras e, economicamente, completam-se, confundem-se. Ora se ensinamos e praticamos a agricultura, por que não se ensinará a semear e a produzir peixe, com a vasta latitude que o assunto demanda, certo, mas na confiança dum successo compensador e, como poucos mesmo, altamente remunerativo?

A indústria das águas em Portugal envolve, como na quase totalidade dos países, dois problemas de ordem geral: a piscicultura marítima e a piscicultura nos rios. Fundamentalmente, a questão é toda uma; particularizando, decompõe-se em processos variados e naturalmente dependentes de circunstâncias de natureza zoológica, hidrográfica, geológica, meteorológica e outras; sob o ponto de vista económico o duplo aspecto que se considera é que tem entre nós, sobretudo, cabimento. Importa, previamente, que saibamos qual a importância que atingem os dois géneros de produtos — fluviais e marítimos — no que diz respeito à percentagem comparada em que entram na alimentação pública, à quantidade de braços que possam vir a ocupar e, implicita-

mente, aos benefícios advindos contra a emigração, ao número e valor das populações que favorecem e à área inculta que, no pressuposto dum desenvolvimento paralelo, mais rápida e útilmente valorizam. Dum lado vemos uma rede hidrográfica fluvial cuja população se resume em quatro espécies boas e as restantes medíocres e péssimas: salmão, truta, lampreia e sável, mais ou menos caras e pouco abundantes, peixe de ricos, no dizer popular. A piscicultura artificial do salmão e truta, mesmo no caso de êxito, será sempre uma indústria limitada a poucas regiões, ocupando um número ínfimo de trabalhadores, e traduzindo-se, quer no alívio de populações, que ninguém verá, decerto, como no problema da subsistência, por uma baixa de preços que em nada ou pouco avantajará as facilidades da alimentação do grande público. É difícil mesmo compreender que num país que conta o muge, a solha, o linguado, a taíha, o robalo, etc., a lagosta e o camarão, a ostra, o mexilhão, a amêijoia e o berbigão, peixes, crustáceos e moluscos estes a parquear ou nas baías, ou nas rias, ou nas lagoas, em tantos lugares incultos, pobres ou exaustos da costa portuguesa, inteiramente adaptáveis, com populações fixas e naturalmente destinadas a essa ordem de serviços e ainda com os mercados não só abertos mas ávidos de tais produtos, pois que todo o mundo os come e todas as bolsas lhes chegam, custa a compreender, dizia-se, que a opinião divirja sobre a oportunidade de tratar inicialmente ou da população dos rios ou do repovoamento das estâncias marítimas. Eu cuido, cuidarão os reflectidos, que, neste país de costa, com centenas de milhares de hectares imediatamente aptos para a instalação de parques de estabulação, de criação e de engorda para peixes de consumo absolutamente generalizado, era tempo de encetar uma indústria que, além de representar imediatamente para a prosperidade pública o benefício dum considerável aumento de comestíveis sadios, vários e baratos, ocuparia e fixaria à terra uma enorme população marítima.

Serão igualmente valiosos os resultados obtidos pela cultura de algumas espécies fluviais, embora larga e subsequentemente repovoados os nossos rios? Concedo já, o que nada me garante, que a repovoação de todos os cursos de água doce portugueses se effectuava amplamente e que o Estado conseguia, o que não é muito para acreditar, que o policiamento e a fiscalização se realizassem com as apertadas exigências dos regulamentos. Nem assim o valor dos produtos fluviais comestíveis atingiria o dos marítimos, não lembrando sequer a variedade. Salmões e trutas só se meterão, positivamente, em alguns dos rios de três ou

quatro províncias portuguesas; escalo e boga, morca e barbo — histórias! — nem pensar em semelhante inferioridade.

Quer isto dizer que a piscicultura fluvial deveria ser inteiramente posta de parte? Não, decerto. É manifesta a vantagem de repovoar os nossos rios e bem evidentes as consequências. Iniciar os ensaios no rio Lima para o salmão e truta, visto que no Minho, por internacional, não era acertada a escolha, corresponderia a um empreendimento de resultados seguros, sendo certo que as duas espécies já por lá viveram ou ainda aparecem acidentalmente. Mas argumentação alguma, hábil ou irreflectida, destroi a irrefragável importância da piscicultura marinha, a urgência da sua precedência e os amplos benefícios que imediatamente derivam dela para o país.

Foi nesta ordem de ideias que, estudando a região conveniente para o Estado instituir um estabelecimento modelo, eu propusera, na memória presente ao *Congresso* de Madrid, a criação dum laboratório de piscicultura em Aveiro. Deve afigurar-se, mesmo a estranhos, que da sede escolhida para a instalação duma estação aquícola, depende o bom êxito duma indústria que, nova entre nós, já de fora nos dera o exemplo das deploráveis consequências resultantes de desatinos e leviandades enormes nos seus primeiros passos. É necessário que os serviços assinalados, a breve trecho, por um laboratório piscícola, sejam em pouco utilizados pelo público, como exemplo e ensinamento; e isso tanto mais depressa se consegue quanto mais vasta for a região aquática preferida e quanto mais importantes e numerosas sejam as populações que ela serve.

A ria de Aveiro ocupa uma área de 49.000 hectares, dos quais 6.270 são permanentemente cobertos de água e 3.000 alternativamente inundados e enxutos; os seus dois maiores braços medem 47 quilómetros: a sua servidão utiliza a 25 freguesias marginaes. Esse formidável delta do Vouga não só ocupa uma superfície contida em 6 concelhos dependentes de 2 distritos, mas nele se encontra, como em nenhuma outra região aquática do país, a maior variabilidade de exposição, de profundidade, de salsugem, de temperatura, de vegetação e de solo. Invasão das dunas, aluviões dos rios afluentes, vedações danosas, emprego de ancinhos e redes varredoiras e ainda toda a sorte de depredações já atrás enumeradas, transformaram o opulento estuário dos tempos idos numa estância de diminutos recursos, relativamente às prosperidades que se contam do século XVI para trás. E a despeito disso, apesar da insensatez das populações ribeirinhas e não obstante o imprevidente

e criminoso desleixo do Estado, o valor anual do seu pescado computa-se em 47 contos, o das marinhas em 50, o da junça e caniço em 60 e o do moliço em 158, ou sejam 345.000\$000 (*) réis, anualmente.

Na compreensão do desenvolvimento que havia a esperar da piscicultura, começa, em 1868, isto é, há 25 anos, a propaganda em seu favor pelo edital do governo civil de Aveiro distribuído a todos os administradores e no qual se consignam «as vantagens que resultarão de se proteger a fecundação e criação dos peixes, bem como a fecundação artificial, isto é, a prática da piscicultura». Numa sessão das Câmaras, em 1878, o deputado Pires de Lima propunha uma série de medidas favoráveis ao desenvolvimento da piscicultura naquela região; e no parecer da comissão encarregada de estudar o seu projecto de lei, assinado, entre outros, pelos srs. Dias Ferreira, António José Teixeira, Jaime Moniz, há períodos como este: «É fora de dúvida que a ria de Aveiro está em condições notavelmente excepcionais para poder ser, não só um grande centro de produção piscatória, abastecer de peixe os nossos mercados e exportar mesmo para os estrangeiros alguns dos seus saborosos e tão apreciados produtos, mas ainda parece destinada pela natureza variada das suas águas, do seu fundo e das suas margens, a ser escola prática de piscicultura no nosso país».

Uma comissão nomeada pela Junta Geral, em 1880, para indicar os melhoramentos a introduzir na ria, pronunciava-se pela produção artificial do peixe; e três anos mais tarde, o sr. Fonseca Regala, comissionado pelo ministério da marinha para estudar a ria e as suas indústrias, chamava-lhe já, no seu excelente relatório, uma piscina natural, mesmo antes de notar o «que num futuro, mais ou menos próximo, esta grande bacia está destinada a ser pela prática da piscicultura».

É elucidativo ainda o informe que nos dá o sr. Edmundo Machado e com tanto mais valor quanto é certo ter sido ele e o sr. Abel Ribeiro os únicos que em Portugal praticaram a aquicultura. Nota o distintíssimo piscicultor que sendo de 300 quilogramas o produto anual de peixe adulto fornecido por cada 10.000 metros de água renovada e em comunicação com o mar, a ria tem condições para, anualmente, produzir um número excedente a 1.881.000 quilogramas, que ao preço mínimo de 100 réis, atingiriam a verba de 188 contos; a diferença para a verba indicada acima seria pois, para mais, de 141.000\$000 réis!

Escusando-me, por agora, de acumular mais opiniões favoráveis

(*) Uma *gralha* tipográfica faz com que no texto do livro *A Terra Portuguesa* (p. 233) se leia «315.000\$000».

à estação de aquicultura de Aveiro, não devo, todavia, deixar de referir que já era esta, há alguns anos, a opinião do actual chefe da secção hidráulica daquela cidade, o distinto engenheiro Melo de Matos. E é ele quem agora reata o assunto com a publicação duma memória a sair em breves dias e que profusamente será espalhada pela empresa editora. (*)

Tal memória, que ficará como um apreciável documento de erudição no assunto, decerto o que melhor, com mais segurança e mais acerto se há escrito até agora a tal respeito, é uma longa e vasta justificação do projecto, considerado sob os seus múltiplos aspectos — de ordem científica, de ordem industrial, de ordem mercantil. Trata-se da fundação dum estabelecimento cuja intenção primordial é o estudo e prática da piscicultura, da carcinicultura, da ostreicultura e da mitilicultura, além de várias outras indústrias marítimas e de investigações oceanográficas, meteorológicas e mais. Num país pobre e consequentemente forçado a eximir-se ao luxo de vários estabelecimentos congêneres, o sr. Melo de Matos procura instalar deveras um estabelecimento modelo, não só de immediata utilidade industrial — o que principalmente importa ao nosso problema económico — mas ainda proveitoso para indagações científicas que duas escolas superiores do reino, a duas horas de distância, podem dia a dia, a bem dizer, intentar. Nada falta nesse projecto meticulosamente estudado; embaraços previstos, dificuldades vencidas, até mesmo o processo de se construir sem o Estado nada dispender: dos terrenos da ria obtém o país meios para edificar uma instituição que, representando um melhoramento assinálvel, ficará sendo, mesmo entre os de fora, dos mais notáveis, e não só pelos intuitos como pela organização.

As excepcionais facilidades que se apresentam para a execução desta obra de verdadeiro interesse público, tratarão de novo, alguns dos que têm promovido a campanha a favor da agricultura no país, a persistirem na propaganda da fundação dum laboratório de piscicultura em Aveiro (1).

(*) Vide a nota da p. 392 deste vol. II das *OBRAS* de Rocha Peixoto.

(1) O projecto do sr. Melo de Matos não logrou, contudo, o assentimento official. A uma estação na amplíssima ria de Aveiro preferiu-se instalar outra no modestíssimo rio Ave, proximidades de Vila do Conde! (**)

(**) Esta nota, inserta no livro *A Terra Portuguesa* (Porto, 1897, p. 236), não consta do texto publicado n' *O Primeiro de Janeiro* de 23 de Novembro de 1893.

Convém instruir a tal respeito os poderes competentes e elucidar o público acerca duma obra que tão instantemente o interessa. É necessário uma campanha rija, enérgica, veemente ? Far-se-á. Sem resultado ? Embora. Fique sequer consignado para os que vierem o desinteresse e a competência desse projecto, o seu alcance, a sua oportunidade e ainda os nomes dos homens que viram justo e lúcido nesta patriótica contribuição para a prosperidade nacional.

23-11-93